

Demonstrações Financeiras

Private Equity Holding VII - Sigma S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

Private Equity Holding VII - Sigma S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
Private Equity Holding VII - Sigma S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Private Equity Holding VII - Sigma S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação das demonstrações financeiras

Chamamos atenção à nota explicativa 2.2 às demonstrações financeiras, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir a provisão de bônus não reconhecida dentro do período de competência a que se refere, conforme descrito na referida nota explicativa. Em 27 de março de 2023 emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras da Companhia, que ora estão sendo reapresentadas. Nossa opinião continua sendo sem qualquer modificação, uma vez que as demonstrações financeiras e seus valores correspondentes ao período anterior foram ajustados de forma retrospectiva.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$28.794 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e, conforme balanço patrimonial nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo em R\$8.695 mil. As operações da Companhia vêm sendo financiadas, principalmente, através de recursos obtidos de seu acionista conforme apresentado na nota explicativa 1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

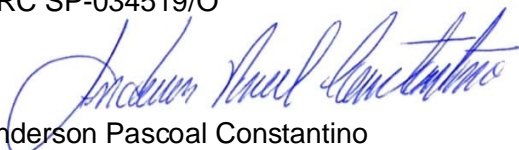
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Anderson Pascoal Constantino
Contador CRC SP-190451/O

Private Equity Holding VII - Sigma S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	156	22.348
Adiantamentos diversos		51	7
Tributos a recuperar	5	163	4
Outros créditos e direitos		24	-
Total do Ativo Circulante		<u>394</u>	<u>22.359</u>
Ativo Não Circulante			
Imobilizado	6	192	212
Total do Ativo Não Circulante		<u>192</u>	<u>212</u>
Total do Ativo		<u>586</u>	<u>22.571</u>
Passivo Circulante			
Fornecedores		104	3.358
Impostos e contribuições a recolher		40	221
Salários, provisões e encargos sobre folha	7	8.656	5.005
Provisões diversas		289	-
Total do Passivo Circulante		<u>9.089</u>	<u>8.584</u>
Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)			
Capital Social	8	675.000	675.000
(-) Capital a integralizar		(632.119)	(638.423)
Prejuízos acumulados		(51.384)	(22.590)
Total do Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)		<u>(8.503)</u>	<u>13.987</u>
Total do Passivo e Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)		<u>586</u>	<u>22.571</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Private Equity Holding VII - Sigma S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e período de oito meses findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u> (reapresentado)
Despesas Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	9	(29.332)	(22.662)
Despesas tributárias		(88)	(42)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(29.420)	(22.704)
Resultado financeiro líquido	10	626	114
Prejuízo antes dos impostos		(28.794)	(22.590)
Imposto de Renda e Contribuição Social	11	-	-
Prejuízo do exercício/período		(28.794)	(22.590)
Resultado por ação	8	(0,04)	(0,04)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Private Equity Holding VII - Sigma S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e período de oito meses findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u> (reapresentado)
Prejuízo do exercício/período	(28.794)	(22.590)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Total	<u>(28.794)</u>	<u>(22.590)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Private Equity Holding VII - Sigma S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e período de oito meses findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	(-) Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Em 04 de maio de 2022 (data de constituição) - capital social	1	-	-	-	-
Aumento de capital social em 30 de junho de 2022	8	675.000	(638.423)	-	36.577
Prejuízo do período		-	-	(22.590)	(22.590)
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)		675.000	(638.423)	(22.590)	13.987
Integralização de capital	8	-	6.304	-	6.304
Prejuízo do exercício		-	-	(28.794)	(28.794)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		675.000	(632.119)	(51.384)	(8.503)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Private Equity Holding VII - Sigma S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e período de oito meses findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
		(reapresentado)
Prejuízo do exercício/período	(28.794)	(22.590)
Ajustes para reconciliar o Resultado do exercício com o caixa		
Depreciação	48	3
Provisão de bônus	7.898	4.706
Provisões diversas	289	-
	(20.559)	(17.881)
(Aumento)/Redução nos Ativos Operacionais		
Adiantamentos diversos	(44)	(7)
Tributos a recuperar	(159)	(4)
Outros Créditos	(24)	-
Aumento/(Redução) nos Passivos Operacionais		
Fornecedores	(3.254)	3.358
Impostos e contribuições a recolher	(181)	220
Salários e provisões e encargos sobre folha	(4.247)	299
Caixa líquido aplicado nas operações	(28.468)	(14.015)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de Imobilizado	(28)	(214)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(28)	(214)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	6.304	36.577
Caixa oriundo das atividades de financiamento	6.304	36.577
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(22.192)	22.348
No início do exercício/período	22.348	-
No fim do exercício/período	156	22.348
Aumento (redução) caixa e equivalentes de Caixa	(22.192)	22.348

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Private Equity Holding VII - Sigma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Private Equity Holding VII - Sigma S.A. (“Sigma” ou “Companhia”) iniciou suas atividades em 04 de maio de 2022 com a razão social RHMI 216 Participações Ltda., em 13 de maio de 2022 foi transformada em uma sociedade por ações de capital fechado e em 31 de maio de 2022 teve a sua alteração de denominação social. A Companhia está localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.954, conjunto 54, sala 1, Jardim Paulistano - São Paulo/SP. A Sigma tem por objeto social a participação em outras sociedades, na qualidade de acionista ou quotista.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia incorreu no prejuízo de R\$28.794 e apresenta capital circulante líquido negativo de R\$8.695, sendo estas posições relacionadas a totalidade de investimentos iniciais realizados pelos fundos quotistas como parte do plano de desenvolvimento das operações.

Para o ano de 2024, a Companhia realizou uma revisão do seu plano de negócios, especificamente no que diz respeito ao tamanho das targets do mercado, visando adequar novos negócios a realidade do mercado atual.

Nesse contexto, a Companhia continuará a receber aporte de recursos de seu acionista de forma a garantir o cumprimento das suas obrigações e manutenção de sua operação até que atinja o nível de geração de caixa que suporte o pagamento de suas obrigações.

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todo o exercício apresentado, salvo quando mencionado em contrário.

2.1. Base de preparação

a) Declaração de conformidade com relação às normas do CPC

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Private Equity Holding VII - Sigma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação--Continuação

a) Declaração de conformidade com relação às normas do CPC--Continuação

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 20 de março de 2024.

b) Base de mensuração e continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e no pressuposto de continuidade normal dos negócios.

c) Moeda funcional, moeda de apresentação e transações em moeda estrangeira

A moeda funcional da Sigma é o Reais (R\$), mesma moeda de apresentação das demonstrações financeiras que estão apresentadas em milhares de Real (R\$).

d) Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desconhecimento

Os ativos financeiros não derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial somente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. O desconhecimento de um ativo financeiro é realizado quando expiram os direitos contratuais, ou quando são transferidos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro.

Ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial se, e somente se, há o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial somente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros são desconhecidos quando cessam ou são extintas as obrigações contratuais, pela retirada de uma das partes, pelo cancelamento ou pelo vencimento.

Private Equity Holding VII - Sigma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação--Continuação

d) Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros dessa categoria de instrumentos financeiros são aqueles classificados como mantidos para negociação e designados no seu reconhecimento inicial como sendo mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A mensuração desses ativos é pelo valor justo e suas alterações, assim como, os custos das transações são reconhecidos no resultado do exercício quando incorridos.

O principal ativo financeiro refere-se a:

e) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez com vencimentos não superiores há 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor de mercado.

Aplicações financeiras com vencimentos superiores a 90 dias e com risco significativo de mudança de valor de mercado são tratadas em linha exclusiva na rubrica Aplicações Financeiras no Balanço Patrimonial e seus reflexos na Demonstração de Fluxo de Caixa.

Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

Os principais passivos financeiros não derivativos da Companhia são: fornecedores e fornecedores - partes relacionadas.

Private Equity Holding VII - Sigma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação--Continuação

f) Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulante se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo valor da fatura ou nota fiscal correspondente, que se aproxima substancialmente de seu valor justo

As compras a prazo não são ajustadas pelo valor presente em função do curto prazo para vencimento das obrigações, cujo compromisso é liquidado no prazo máximo de até 30 dias da emissão da nota fiscal/fatura.

A Administração concluiu que para todos os instrumentos financeiros, ativos e passivos da Companhia, considerando os prazos de vencimento, sua natureza e comparando as taxas de juros contratuais com as de mercado em operações similares, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

g) Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado, representados por ativos tangíveis, foram inicialmente registrados ao custo de aquisição deduzido da respectiva depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos obtidos com a venda do ativo em relação ao seu valor contábil residual registrado na data da alienação, e são reconhecidos como "Outras despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Private Equity Holding VII - Sigma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação--Continuação

h) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") do exercício corrente e diferido das sociedades estabelecidas no Brasil são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Para o período de 2023, a Sigma optou pelo regime de tributação Lucro Real estimativa mensal e não apresentou lucro tributável para auferir os impostos em 2023.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, quando aplicáveis, bem como as diferenças temporárias entre a base tributária e contábil, mensurados às alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço patrimonial como não-circulante.

A despesa de imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável.

Private Equity Holding VII - Sigma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação--Continuação

i) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da administração, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos na demonstração individual:

Estimativas e premissas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

j) Combinação de Negócios

Combinação de negócios são contabilizados aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data da aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Private Equity Holding VII - Sigma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação--Continuação

j) Combinação de Negócios--Continuação

A Companhia determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que juntos contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. O processo adquirido é considerado substantivo se for essencial para a capacidade de desenvolver ou converter o input - entrada de recursos adquiridos em outputs - saídas de recursos, e os inputs - entradas de recursos adquiridos incluírem tanto a força de trabalho organizada com as habilidades, conhecimentos ou experiência necessários para executar esse processo; ou for fundamental para a capacidade de continuar a produzir outputs e é considerado único ou escasso ou não pode ser substituído sem custo, esforço ou atraso significativos na capacidade de continuar produzindo - saída de recursos

k) Receitas financeiras e despesas financeiras

O resultado financeiro compreende basicamente juros ativos de aplicações financeiras e taxas bancárias, juros passivos sobre eventuais inadimplências e variações monetárias e cambiais líquidas, quando aplicável.

l) Classificação circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Private Equity Holding VII - Sigma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação--Continuação

l) Classificação circulante e não circulante--Continuação

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos como não circulante.

2.2. Reapresentação para correção de erros

Em março de 2023, a Companhia pagou a seus executivos e funcionários bônus relacionado ao período findo em 2022, no entanto, a Companhia não reconheceu a provisão no período de competência a que se refere-se o bônus pago, ou seja, do período findo em 2022.

O erro foi corrigido com a reapresentação de cada uma das linhas afetadas na demonstração financeira do período anterior, da seguinte forma:

Balanço patrimonial:

	Originalmente apresentado	Ajuste	Reapresentado
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo Circulante			
Fornecedores	3.358	-	3.358
Impostos e contribuições a recolher	221	-	221
Salários, provisões e encargos sobre folha	299	4.706	5.005
Total do Passivo Circulante	3.878	4.706	8.584
Patrimônio líquido			
Capital Social	675.000	-	675.000
(-) Capital A Integralizar	(638.423)	-	(638.423)
Prejuízo acumulado	(17.884)	(4.706)	(22.590)
Total do Patrimônio Líquido	18.693	(4.706)	13.987
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	22.571	-	22.571

Private Equity Holding VII - Sigma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Reapresentação para correção de erros--Continuação

Demonstração do resultado:

Despesas operacionais	Originalmente apresentado	Ajuste	Reapresentado
Despesas gerais e administrativas	(17.956)	(4.706)	(22.662)
Despesas tributárias	(42)	-	(42)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(17.998)	(4.706)	(22.704)
Resultado financeiro líquido	114	-	114
Prejuízo antes dos impostos	(17.884)	(4.706)	(22.590)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-
Prejuízo do período	(17.884)	(4.706)	(22.590)

A reapresentação não impactou outros resultados abrangentes ou as atividades operacionais, de investimento e financiamento do fluxo de caixa.

3. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 - Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Não se espera que as alterações tenham um impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Private Equity Holding VII - Sigma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

3. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia não possui contratos de empréstimos para serem avaliados.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Private Equity Holding VII - Sigma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de Caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras automáticas	156	14
Aplicações financeiras (i)	-	22.334
Total	156	22.348

(i) Aplicações financeiras em Certificado de Depósito Bancário ("CDB") e compromissadas com instituições financeiras de primeira linha, com taxas de remuneração de acordo que visam garantir até 75% da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

5. Impostos a recuperar

	31/12/2023	31/12/2022
IRRF A Recuperar	159	4
Imposto De Renda Pago Por Estimativa	4	-
Total	163	4

6. Imobilizado

	31/12/2023	31/12/2022
Computadores e Periféricos	242	214
(-) Depreciação acumulada	(50)	(2)
Total	192	212

	Taxa de vida útil (anos)	04/05/2022	Aquisição	Depreciação	31/12/2022
Computadores e Periféricos	5	-	214	(2)	212
Total		-	214	(2)	212

	Taxa de vida útil (anos)	31/12/2022	Aquisição	Depreciação	31/12/2023
Computadores e Periféricos	5	212	30	(50)	192
Total		212	30	(50)	192

Private Equity Holding VII - Sigma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

7. Salários, provisões e encargos sobre folha

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
IRRF Sobre Folha De Pagamento	198	86
FGTS A Recolher	27	17
Contribuições Previdenciárias A Recolher	161	88
Provisão De Férias	272	79
Provisão De FGTS S/Férias	22	6
Provisão De INSS S/Férias	78	23
Provisão De Bônus	7.898	4.706
Total	8.656	5.005

8. Patrimônio líquido

a) Capital social

Capital social O capital social da Companhia foi constituído em 04 de maio de 2022 com a importância de R\$100,00 (cem reais). Em 13 de maio de 2022, a Companhia foi transformada em sociedade por ações de capital fechado, mantendo o valor do capital social equivalente a 100 (cem) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em 30 de junho de 2022, foi aprovado um aumento de capital no valor de R\$675.000, representado por 675.000.000 (seiscentos e setenta e cinco milhões) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Como resultado, o saldo do capital social em 31 de dezembro de 2022 e 2023 da Companhia é de R\$675.000, representado por 675.000.100 (seiscentos e setenta e cinco milhões e cem) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, parcialmente integralizado.

Ao longo de 2023 foram realizadas integralizações na conta de capital social a integralizar no montante de R\$6.304 (R\$36.577 em 2022), totalizando o capital social integralizado em R\$42.881, com as mesmas condições de ações anteriormente citadas.

b) Resultado por ações

Apresentamos a seguir o prejuízo por ação básico e diluído conforme parâmetros definidos no Pronunciamento CPC 41 - Lucro por ação

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Total de ações no exercício/período - conforme média ponderada	675.000.000	515.352.797
Prejuízo do exercício/período	(28.794)	(22.590)
Total	(0,04)	(0,04)

A Companhia não possui outros instrumentos de patrimônio líquido ou de dívida que se enquadre como efeitos dilutivos, sendo que o valor básico e diluído por ação é o mesmo.

Private Equity Holding VII - Sigma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

8. Patrimônio líquido--Continuação

c) Capital social a integralizar

O saldo de R\$632.119 (R\$638.423 em 2022) deverá ser totalmente integralizado pela acionista subscritora num prazo de 36 (trinta e seis) meses a contar da alteração contratual de 30 de junho de 2022.

9. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u> (reapresentado)
Despesas com salários	(7.079)	(1.557)
Encargos Sociais	(3.824)	(395)
Benefícios	(781)	(213)
Depreciação	(48)	(2)
Despesas com Serviços Contábeis	(83)	(289)
Despesas com Serviços com Advogados	(1.627)	(728)
Despesas com Serviços com Consultorias	(6.706)	(13.723)
Despesas com viagens e ocupações	(786)	(247)
Outras Despesas Administrativas	(500)	(802)
Provisão de bônus	(7.898)	(4.706)
Total	(29.332)	(22.662)

10. Resultado financeiro líquido

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u> (reapresentado)
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	650	117
Descontos obtidos	2	-
	652	117
Despesas financeiras		
Juros	(13)	(2)
Tarifa bancária	(13)	(1)
	(26)	(3)
Total	626	114

Private Equity Holding VII - Sigma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

11. Imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u> (reapresentado)
Corrente		
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(28.794)	(22.590)
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	34%	34%
Receita de IRPJ e CSLL calculados com base nas alíquotas nominais	9.790	7.681
Efeito de IRPJ e CSLL sobre diferenças permanentes:		
Despesas indedutíveis	-	(62)
Tributos diferidos ativos sobre prejuízo	9.790	7.619
(-) Tributos diferidos ativos sobre prejuízo - não reconhecidos	(9.790)	(7.619)
Total resultado de imposto de renda e contribuição social	-	-
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Diferido		
IRPJ ativo diferido	12.800	5.602
CSLL ativo diferido	4.609	2.017
Total ativo fiscal diferido	17.409	7.619

A Companhia não registrou ativo fiscal diferido em função de não possuir histórico e perspectiva de lucratividade, por se tratar de uma holding, cujo resultado será formado substancialmente pelo resultado de equivalência patrimonial.

12. Instrumento financeiro

a) Gerenciamento dos riscos financeiros

Os principais riscos da administração são monitorados nas diversas instâncias da Governança da Companhia.

A Companhia não utilizou instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2023.

i) *Estrutura de gerenciamento de riscos*

A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos.

Private Equity Holding VII - Sigma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

12. Instrumento financeiro--Continuação

a) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

i) *Estrutura de gerenciamento de riscos*--Continuação

As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os colaboradores tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

ii) *Risco de mercado*

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre, substancialmente, de aplicações financeiras.

Este risco surge da possibilidade que a Companhia pode sofrer perdas devido a flutuações nos índices (CDI), a companhia ficou exposta ao risco de taxa de juros, entretanto não houve impactos significativos. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e equivalentes de caixa	156	22.348
Total	156	22.348

iii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco da Companhia vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir o máximo possível, que sempre tenha caixa suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia quando necessário conta com aporte financeiro de seu acionista para cumprir com despesas operacionais, incluindo o cumprimento de suas obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

Private Equity Holding VII - Sigma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

12. Instrumento financeiro--Continuação

a) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

iii) *Risco de liquidez*--Continuação

A tabela a seguir analisa as obrigações da Companhia, por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

Em 31 de dezembro de 2023	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
Fornecedores	104	-	-	-	104	104
	104	-	-	-	104	104

Em 31 de dezembro de 2022	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
Fornecedores	3.358	-	-	-	3.358	3.358
	3.358	-	-	-	3.358	3.358

b) Estimativa de valor justo

Conforme o CPC 40 (R1), "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", o valor justo é definido como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de transferência) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes independentes do mercado na data de mensuração.

A Administração entende que os valores justos são, substancialmente, similares aos valores contábeis registrados.

c) Gerenciamento de capital

Os objetivos da Companhia durante o processo de administração do seu capital são garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal.

A Companhia não possui contratos de dívidas com terceiros de empréstimos ou financiamentos que denote risco no seu gerenciamento do capital e de caixa.

Private Equity Holding VII - Sigma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

12. Instrumento financeiro--Continuação

c) Gerenciamento de capital--Continuação

i) *Valor justo dos instrumentos financeiros*

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2023 estão demonstrados a seguir:

Ativos financeiros	Hierarquia do valor justo	Categoria	2022		2023	
			Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	Valor justo	22.348	22.348	156	156
Total			22.348	22.348	156	156

Passivos financeiros	Hierarquia do valor justo	Categoria	2022		2023	
			Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
Fornecedores	-	Custo amortizado	3.358	3.358	104	104
Total			3.358	3.358	104	104

Não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 para esses ativos e passivos.

O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Private Equity Holding VII - Sigma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

12. Instrumento financeiro--Continuação

c) Gerenciamento de capital--Continuação

i) *Valor justo dos instrumentos financeiros*--Continuação

Hierarquia de valor justo

O método de avaliação adotado pela Companhia na mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros foi o nível 2.

13. Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas em condições de preço, taxa de juros, qualidade, prazos e condições definidas entre as partes. Os saldos e transações com Partes Relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Saldo de contas a pagar	Despesa	Saldo de contas a pagar	Despesa
	2023	2023	2022	2022
Partes Relacionadas (circulante):				
Gestão e Transformação Consultoria S.A.	-	(3.008)	-	(1.001)
Total	-	(3.008)	-	(1.001)

i) Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração do pessoal chave da Administração, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$7.183.

14. Contingências

Até a emissão das demonstrações contábeis, a Companhia não estava envolvida em demandas judiciais como ré ou autora com probabilidade de perda provável que exija registro contábil de provisão para contingência, que possam impactar as estas demonstrações, sejam estes processos de natureza trabalhista, tributária ou cível, bem como não há processos com probabilidade de perda possível a serem divulgados.

Private Equity Holding VII - Sigma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

15. Eventos subsequentes

Nos dias 8 e 24 de janeiro de 2024 ocorreram duas integralizações parciais do capital social no montante R\$4.857.

* * *